

Escolha os convencionais de seu estado; votação até 1º de agosto

O processo eleitoral destinado à escolha dos Convencionais (2023/2025) está sendo realizado até as 16h59 do dia 1º de agosto, exclusivamente por meio eletrônico. A plataforma funciona 24 horas durante o período de votação, que começou às 9h do dia 28 de julho.

Em caso de problema ou dúvida, está disponível suporte para o eleitor nos dias úteis (31/7 e 1/8), em horário comercial (8h às 18h). Confira:

- Para questões envolvendo o **processo eleitoral**, enviar e-mail para o endereço eletrônico cn02023-c.eleitoral@anfip.org.br;
- Se o assunto for **dados cadastrais** ou situação eleitoral, entrar em contato pelo cadastro@anfip.org.br;
- Para reportar **erro de sistema**, enviar evidências (captura de tela ou semelhante) para informatica@anfip.org.br.

Poderão votar apenas os associados ativos e aposentados, quites com as mensalidades obrigatórias e que possuam e-mail ou número de celular cadastrado na Associação.

Saiba como votar

- 1 - Acesse convencionais2023.anfip.org.br/, no item “Vote aqui”;
- 2 - Preencha seu CPF e clique no botão “Acessar”;
- 3 - Feito isso, um **código de validação** será encaminhado para o celular e/ou e-mail;
- 4 - Preencha no **campo solicitado** o código de validação que recebeu o e-mail e/ou número de celular;
- 5 - E clique no botão “Validar”;



6 - Após validar o código, será aberta a **cédula de votação**, que é composta pelos candidatos a convencional do seu estado;

7 - Clique sobre o(s) candidato(s) que deseja votar e, por fim, clique no botão “CONFIRMAR CANDIDATO(S)”.

Observação: Cada estado possui seu limite de candidatos para escolha, essa informação está no topo da cédula de votação.

8 - Em seguida, será apresentada a **tela de resumo** com o(s) candidato(s) escolhido(s). Se estiver tudo certo, clique no botão “Confirmar voto”. Caso precise escolher novamente seu(s) candidato(s), clique no botão “Corrigir voto” e realize novamente a seleção de candidato(s).

9 - Após confirmar o voto, o sistema irá apresentar o **comprovante** de votação. Se você chegar até essa tela, significa que concluiu o seu voto com sucesso. Além disso, será enviado o comprovante de votação para o e-mail cadastrado na ANFIP.

Assista também ao tutorial [aqui](#).

ANFIP Conectada: Saiba tudo sobre a consultoria de aposentadoria e benefício especial



Consultoria Previdenciária

2 de agosto
15 horas
Assista ao vivo pela TV ANFIP, no YouTube

ANFIP CONECTADA COM O ASSOCIADO

Maria Beatriz Fernandes
Vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP

Diego Cherulli
Advogado especialista em Direito Previdenciário

Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Vice-presidente da ANFIP

Crésio Pereira de Freitas
Vice-presidente de Assuntos Fiscais da ANFIP

No dia 2 de agosto, às 15 horas, a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, recebe no ANFIP Conectada o advogado Diego Cherulli, que apresentará o novo serviço de Consultoria Previdenciária disponível ao quadro social da entidade.

Os associados devem receber orientações sobre a melhor forma de aposentadoria, revisão do benefício

especial e das pensões, entre inúmeros outros assuntos.

Participam também do programa, transmitido pelo YouTube, os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Executiva) e Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais)

Acesse a [TV ANFIP](#) e ative o sino para receber as notificações de novos vídeos. Não perca mais esta novidade!

Em reunião da MNPP, entidades avançam na pauta não remuneratória
PÁGINA 2

Comissão de Saúde analisa relatório da Unimed Vitória
PÁGINA 3

Projeto Sociocultural: Comitê aprova novos eventos nos estados
PÁGINA 4

Em reunião da MNNP, ANFIP e Fonacate avançam na pauta não remuneratória



A pauta não remuneratória dos servidores do Executivo federal, que inclui a revogação de medidas nocivas aos servidores, foi tema da segunda rodada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), realizada dia 25 de julho. O Fonacate, o qual a ANFIP integra, participou do debate, coordenado pelos secretários de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo, e de Gestão de Pessoas, José Celso Cardoso Jr.

Buscando dar maior efetividade às tratativas, o Fórum encaminhou à Mesa documentos com argumentos técnicos sobre três temas considerados urgentes pelas afiliadas: a revogação do Decreto 10.620/2021, que transferiu aposentadorias e pensões para o INSS; a regulamentação da licença classista sem ônus para as entidades; e a inclusão do Benefício Especial nos assentos funcionais dos servidores. Na rodada anterior, o Fórum havia apresentado sugestões de alteração das Instruções Normativas (INs) 02/2018 e 54/2021.

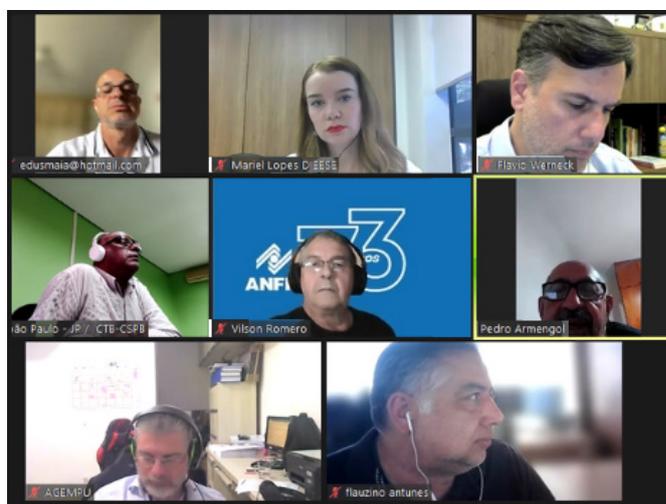
Sobre o tema do Benefício Especial, foi ressaltada a importância de garantir segurança jurídica aos mais de 30 mil servidores que optaram por migrar para o Regime de Previdência Complementar. “A falta de regulamentação, segundo inúmeros relatos, tem gerado preocupação e transtornos. É preciso registrar a base de cálculo, o valor final e outras informações pertinentes nos assentamentos funcionais dos servidores, como já é feito, por exemplo, pelo Ministério Público Federal”, afirmou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

Outro ponto de debate foi o fortalecimento da organização sindical no âmbito da Administração Federal. Os dirigentes ressaltaram que é preciso estabelecer um sistema normativo para dar efetividade a esse direito constitucional, sem que isso traga ônus aos servidores licenciados ou aos colegas por ele representados. Nesse sentido, defenderam que o governo

avance no restabelecimento da licença classista sem ônus para as entidades, em consonância com modelo adotado em 24 estados, na Magistratura, na Defensoria Pública, no Ministério Público e em diversas empresas estatais.

Em relação à necessidade de revogação do Decreto 10.620/2021, os dirigentes cobraram uma solução imediata, com a qual o MGI já se comprometeu em duas oportunidades. Os secretários também mostraram receptividade aos demais pleitos e se comprometeram a analisar os subsídios técnicos apresentados para propor encaminhamentos.

A próxima rodada de negociações está agendada para o dia 4 de agosto. Desta vez, o debate será a respeito da pauta remuneratória, que inclui pedido de reajuste visando à recomposição das perdas acumuladas e a equiparação dos benefícios dos servidores do Executivo com os do Judiciário e Legislativo.



Atuação conjunta - O presidente Wilson Romero participou de reunião com centrais sindicais, dia 24 de julho, sob a coordenação de Pedro Armengol, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para discutir as pautas abordadas no encontro da MNNP.

Além dos temas urgentes apresentados, integraram ainda as reivindicações dos servidores a liberação do mandato classista, a defesa da consignação das mensalidades de entidades associativas, entre outras pautas.

As centrais sindicais também cobram o cumprimento do piso da Enfermagem e requerem a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva e do direito de greve no setor público.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **LINHA DIRETA** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Mariuce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Editoração eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP declara apoio à ADI 6309, em defesa da saúde e da vida

A ANFIP, em conjunto com a Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Abrastt), a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet) e o Instituto Trabalho Digno (ITD), assinou a Declaração Pública em Defesa da Saúde e da Vida, enviada dia 26 de julho ao Supremo Tribunal Federal (STF), pela admissibilidade da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6309.

As entidades nacionais, defensoras dos direitos humanos e sociais fundamentais, especialmente da classe trabalhadora, demonstraram preocupação com o requisito etário criado na Emenda Constitucional (EC) 103/2019, da Reforma da Previdência, e manifestaram-se em favor da sustentação da eficácia legal da aposentadoria por Condição Especial de Trabalho, “única proteção coletiva previdenciária”, cujo objetivo é a redução do tempo de exposição laboral

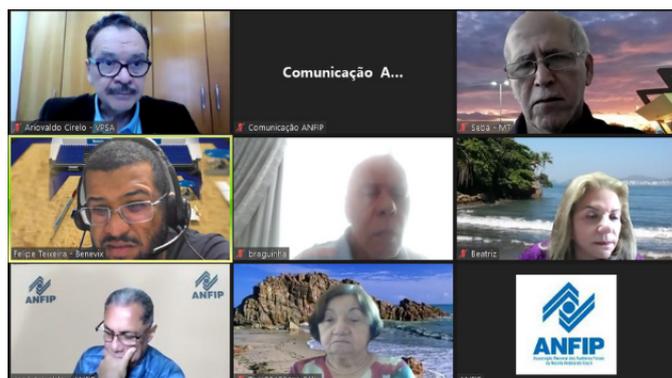
dos segurados que exercem ou exerceram suas funções em ambientes de risco.

Além de apontar a ausência de discussão técnica por parte do Executivo Federal e do Congresso Nacional acerca do assunto, o documento utiliza trechos oficiais do Instituto Nacional do Seguro Social, no Manual de Aposentadoria Especial, e da Advocacia-Geral da União (AGU), no Recurso Extraordinário 791961, para demonstrar o risco à saúde, à integridade física e à vida do segurado sujeito a tais condições, bem como justificar as características preventiva e compensatória da aposentadoria especial.

“Pela dignidade humana, só existente onde justiça e igualdade social prevalecem, que a saúde e a vida das trabalhadoras e trabalhadores, aqui defendidos, sejam a prioridade e o valor imanente em suas decisões”, declararam as entidades. Confira a íntegra [aqui](#).

Comissão de Saúde e Benevix analisam relatório da Unimed Vitória

A Comissão de Saúde da ANFIP, coordenada pelo vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, reuniu-se, dia 27 de julho, com o analista de Relacionamento Felipe Teixeira, da Benevix – administradora do plano de saúde Unimed Vitória.



No encontro, foi apresentado e analisado o relatório de acompanhamento do quadro da ANFIP no plano, incluindo dados da evolução de vidas, frequência de atendidos, questões orçamentárias e outras informações relevantes registradas até junho de 2023.

Além de reivindicar melhorias no serviço prestado em nome dos associados de todo o Brasil, os integrantes da Comissão solicitaram uma demonstração do regime de competência para efeito de sinistralidade entre 2022 e 2023; sugerindo, em prol da transparência, uma nova reunião de esclarecimentos com a presença de todos os Conselhos da ANFIP.

Além do coordenador, participaram da reunião os vice-presidentes Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), José Arinaldo Ferreira (Política de Classe e Política Salarial) e Tereza Liduina Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), bem como os integrantes Luiz Carlos Correa Braga, do Conselho Fiscal, e Benedito Cerqueira Seba (MT), do Conselho de Representantes.

Envio de teses e propostas até 14 de agosto

O prazo para envio de teses e de propostas para reforma e/ou alterações no Estatuto da ANFIP vai até 14 de agosto. Os trabalhos apresentados serão analisados na XXIX Convenção Nacional Ordinária, que acontece, em Brasília, de 22 a 24 de setembro.

Teses – Consiste na elaboração de trabalho de dissertação escrita, intelectual, técnica ou científica, versando sobre os temas determinados no Regulamento de Teses (confira [aqui](#)). O material deve ser encaminhado para o e-mail cno2023-teses@anfip.org.br. Serão sorteados, entre os autores das teses aprovadas pelo plenário da XXIX CNO, três tablets Samsung S6/128 Gb, sendo vedada a premiação cumulativa.

Propostas – São trabalhos destinados exclusivamente para sugerir reformas ou alterações no Estatuto da ANFIP. As regras para apresentação estão disponíveis no Regulamento de Propostas ([aqui](#)). Na plataforma, também é possível acessar o modelo de formulário que deve ser utilizado para apresentação das sugestões (clique [aqui](#)). As propostas deverão ser remetidas, obrigatoriamente, ao Conselho Executivo para fins de registro,



reprodução e divulgação aos convencionais, exclusivamente, pelo e-mail propostas2023@anfip.org.br.

Esta é a oportunidade de se colocar na pauta de debates temas de interesse da categoria e de modernizar o Estatuto que norteia os trabalhos da Entidade. Participe!

Coordenação do CR define calendário de reuniões preparatórias à XXIX CNO

Os integrantes da Mesa Coordenadora do Conselho de Representantes (CR) se reuniram, dia 24 de julho, para tratar de questões relacionadas à XXIX Convenção Nacional Ordinária (CNO) da ANFIP.

Após discussão, o grupo definiu um calendário de atividades preparatórias ao evento, que inclui uma reunião virtual conjunta dos três conselhos (Executivo, Fiscal e de Representantes) nos dias 8 e 9 de agosto, para debater propostas estatutárias.

Também foi agendada reunião presencial ordinária do CR, para o dia 28 de agosto, e organizada a participação dos conselheiros no Fórum Internacional Tributário (FIT) 2023 – promovido pela ANFIP em parceria com outras entidades –, nos dias 28, 29 e 30 do mesmo mês. Da mesma forma, o Conselho deve se encontrar virtualmente em data anterior à Convenção e



presencialmente na véspera da mesma, em Brasília.

Além do presidente do Conselho Executivo, Wilson Romero, participaram da reunião o coordenador do CR, Carlos Castro; o vice-coordenador, Genésio Denardi; a secretária, Maria Alba de Carvalho; e o secretário-adjunto, Benedito Seba.

Conselho Fiscal se reúne para analisar prestação de contas do segundo trimestre

A 7ª reunião ordinária do Conselho Fiscal (CF) foi realizada de 25 a 27 de julho, virtualmente, sob a coordenação de Ercília Leitão Bernardo e com presença do presidente do Conselho Executivo (CE), Wilson Romero.



Além da análise dos documentos contábeis, da execução orçamentária e da movimentação financeira da Entidade, foram analisadas as recomendações emitidas pelo CF em 2022 e 2023, bem como as propostas de alteração estatutária para apresentação na Comissão da Reforma Estatutária da XXIX Convenção Nacional Ordinária; finalizando com a emissão do Relatório Gerencial e o Parecer referentes ao 2º trimestre de 2023.

Além do presidente do CE e da coordenadora do CF, participaram da reunião o vice-presidente de Finanças, Jorge Cezar Costa; a relatora do CF, Sandra Tereza Paiva Miranda; e o conselheiro Luiz Carlos Correa Braga.

Projeto Sociocultural: Comitê Gestor aprova novos eventos nos estados

Os integrantes do Comitê Gestor do Projeto Sociocultural se reuniram, dia 25 de julho, para debater melhorias e dar prosseguimento às análises envolvendo a iniciativa nos estados.

Foram aprovados dois termos de encerramento – das Estaduais do Rio de Janeiro e do Paraná – e dois requerimentos de novos eventos, da ANFIP-RJ e da ANFIP-SC.

Também foi elaborado um documento de revisão do Regulamento do Projeto, com sugestões e propostas de aperfeiçoamento, a ser encaminhado ao Conselho Executivo.



Auditoria Cidadã da Dívida realiza reunião de Conselho Político

A vice-presidente de Comunicação Social, Marluce Soares, participou dia 24 de julho da reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), juntamente com representantes de entidades, coordenadores de núcleos e voluntários. A associada Rita Felicetti também esteve presente no encontro, realizado de forma híbrida e presencial.

Na pauta, análise da conjuntura, envolvendo o novo Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023); a aprovação relâmpago de relatório modificado da reforma tributária na Câmara dos Deputados, com riscos para entes federados e Seguridade Social; e a apresentação de proposta da campanha para dar visibilidade ao sistema da dívida e a necessidade de auditoria. A campanha pelo limite dos juros

no Brasil, constante do PLP 104/22, esteve na pauta da reunião, ocasião em que a coordenadora Maria Lucia Fattorelli solicitou que as entidades divulguem e apoiem a tramitação do projeto.

Na oportunidade também foi ressaltada a necessidade de buscar apoio do Legislativo para o lançamento da Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e a Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular.

E para os interessados em participar do curso sobre o sistema da dívida, com foco na dívida dos estados, estão abertas, até o dia 11 de agosto, inscrições para nova turma. As aulas terão início dia 14 de agosto. Mais informações no site auditoriacidada.org.br/cursos.

ÇÃO FISCAL

Operação conjunta apreende nove veículos no Oeste do Paraná

Uma operação conjunta da Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar do Paraná apreendeu em 25 de julho, seis ônibus de turismo e três automóveis carregados com mercadorias estrangeiras introduzidas no território nacional sem a regular importação. As abordagens foram feitas no trecho de 180 km entre as cidades de Cascavel (PR) e Campo Mourão (PR). A estratégia adotada foi abordar ônibus de turismo que transportam regularmente mercadorias estrangeiras de Foz do Iguaçu até a cidade de São Paulo, utilizando passageiros “laranjas” para ocultar o real proprietário das mercadorias.

Após a passagem do comboio, o último ônibus da retaguarda foi abordado em Cascavel por volta das 18h. Na sequência foi abordado o segundo ônibus no posto da PRF em Campo Mourão por volta das 19h30. Os outros quatro ônibus que estavam no meio do comboio foram abordados por volta das 20h em Juranda (PR), em um restaurante de beira de estrada no qual os carros de passeio faziam o transbordo das mercadorias para os ônibus. Três desses carros foram abordados no local, sendo um ônibus encaminhado para a Delegacia da Receita Federal em Ponta Grossa e os demais veículos encaminhados para o depósito da Delegacia da Receita

Federal em Cascavel. Ninguém foi preso. A estimativa é que foram apreendidos R\$ 3 milhões em eletrônicos, vestuários e bebidas.

Participaram da operação 13 servidores da Receita Federal, dois policiais do Batalhão de Fronteira (BPFron/PM/PR) e oito PRFs da Delegacia de Cascavel.

Fonte: Receita Federal do Brasil



ESTADUAIS

Estadual de Minas Gerais promove XXI Festa Junina para associados

A Estadual da ANFIP em Minas Gerais (ANFIP-MG) promoveu, no dia 22 de julho, na Estância de Minas, em BH/MG, sua XXI Festa Junina, com o apoio do Projeto Sociocultural da ANFIP.

O evento foi bastante prestigiado pelos associados, que dançaram e se divertiram ao som dos forrós tocados pelo artista sergipano Erivaldinho do Acordeon e por uma longa e animada quadrilha, que chegou a tirar o fôlego dos convidados.

O presidente da ANFIP, Vilson Romero, e o poeta, cantor e compositor pernambucano Paulo Guaru marcaram presença na festa, que contou ainda com deliciosas comidas típicas — servidas em barracas de quermesse — e estandes com decoração temática para fotos.

Décio Bruno Lopes, presidente da ANFIP-MG, fez questão de agradecer a presença de todos os participantes e o trabalho desenvolvido pela Comissão Organizadora da festa, “que preparou tudo com muito cuidado para nós”, disse.



Vilson Romero saudou os associados e expressou sua satisfação em voltar a Belo Horizonte e em retomar “esse contato social, esse abraço e o carinho entre nós”, exaltou. Por fim, desejou um ótimo resto de ano, “com bons acordos

judiciais, perspectivas de melhores remunerações e, acima de tudo, com muitas vitórias para os associados. Bela festa para todos!”, concluiu.

Confira [aqui](#) a galeria de fotos do evento.

Diretores da ANFIP-MG visitam superintendente da Receita Federal na 6ª Região Fiscal

O presidente da ANFIP-MG, Décio Bruno Lopes, a diretora vice-presidente, Ana Lúcia Guimarães Silva, e a diretora de Comunicação, Iris Lima, visitaram, na terça-feira (25/7), o superintendente da Receita Federal na 6ª Região Fiscal, Michel Lopes Teodoro, e seu substituto, o Auditor-Fiscal Rodrigo Brito Mendonça.

Ao iniciar a conversa, Michel Teodoro falou sobre o objetivo do convite de visita feito à Diretoria Executiva da Associação: “Queremos reafirmar a necessidade de parceria com as entidades de classe, além de mostrar os projetos e convidá-los a participar da nossa gestão”, ressaltou. Ele ainda aproveitou para demonstrar como o órgão vem dando especial atenção ao aproveitamento, reciclagem e destinação de bens apreendidos.

Rodrigo Mendonça afirmou que a Superintendência quer escutar os diferentes pleitos das entidades, além de criar eventos em parceria com elas, especialmente para integrar os aposentados. “Buscamos fazer uma ponte para tentar amenizar as divergências entre entidades, como integração de servidores, criar capacitação, inclusive para terceirizados”, pontuou. “A ideia é superar o sentimento de falta de pertencimento gerado pós-pandemia. Queremos trazer os servidores de volta para a casa”, disse.

Décio Lopes ressaltou que, em decorrência da ampliação do trabalho virtual, o espaço de integração vem se reduzindo ao longo dos anos. Entretanto, a ANFIP-MG tem como identidade, justamente, criar momentos de integração. “Os órgãos e entidades têm como amenizar a situação que a pandemia trouxe, de afastamento das atividades presenciais, dificultando as possibilidades de encontro. Precisamos adotar a ideia de pertencimento”, salientou. O presidente, aliás, se dispôs a falar sobre o tema para os colegas, bem como sobre regimes próprios de previdência para conhecimento dos Auditores aposentados, contribuindo na escolha das opções.

O superintendente falou ainda sobre o projeto que tem de visitar prefeitos, como uma forma de construir uma Receita Federal “mais para fora”, segundo ele. “Não podemos correr de assumir o protagonismo, temos que ocupar nossos espaços, buscando Auditores para realizar palestras com temas de suas áreas”, ponderou.



A diretora de Comunicação da ANFIP-MG, Iris Lima, expôs suas experiências no trabalho de assessoria da Delegacia da Receita Federal em BH/MG e sugeriu resgatar programas de integração que existiam anteriormente, como “Receita Informa” e atividades relacionadas à qualidade de vida, a fim de aproximar os servidores.

Nesse sentido, Rodrigo Mendonça falou sobre o programa “Sexta a sala é sua”, um projeto dos superintendentes de dar voz aos servidores e funcionários. Ele também mencionou o “Digepe Atende”, canal de atendimento diário para servidores, o qual cogitaram, durante a reunião, estender para os aposentados.

A vice-presidente da Associação, Ana Lúcia Guimarães Silva, alertou sobre o fato de que várias aposentadorias estão saindo com cálculos errados e que pensionistas estão ficando sem o devido reajuste salarial. “Além disso, existe uma necessidade de repassar aos servidores conhecimentos previdenciários. Assim, podemos fazer eventos de integração com essa ideia, já que a ANFIP-MG sempre se dedicou à defesa da Previdência e da Seguridade Social. O Auditor-Fiscal deve saber para que ele arrecada, para onde é direcionado o fruto do seu trabalho”, observou.

Para fechar a reunião, Michel Teodoro colocou, mais uma vez, os espaços da Superintendência à disposição.

Décio Lopes agradeceu pelo convite, pontuou como muito valioso o encontro e afirmou que irá agendar visita dos superintendentes à sede da ANFIP-MG.

Fonte: ANFIP-MG

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100

0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)

E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)

(61) 99973-5776 (WhatsApp)

E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)

(61) 98176-9051 (WhatsApp)

(61) 3251-8121 / 8123 / 8126

E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)

(61) 98366-6006 (WhatsApp)

E-mail: assistenciais@anfip.org.br

MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199

Benevix (Concierge): (27) 99663-6339

concierge@benevix.com.br

Benevix/Unimed: 0800 606 7272

Geap: 0800 728 8300